

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2ª Sessão Ordinária de 2013

(Publicada no DOU, Seção 1, de 19/02/2013, págs. 88/95)

Dia: 26/02/2013

Hora: 9 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação das Atas da 1ª Sessão Ordinária (29/01/2013) e 1ª Sessão Extraordinária (30/01/2013).

Minutas de atas aprovadas.

Processos com Pedidos de Vista

- 2) Processo: 0.00.000.001003/2010-41 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Jayme Arcadio Hasskist
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer a reforma da decisão do Senhor Secretário-Geral do MPF nos autos do processo de nº MPF/PGR nº 1.00.000.008508/2009-47, que indeferiu pedido de pagamento relativo ao exercício de cargo de assessor da Corregedoria Nacional, código CC-4, referente ao período de 23 de agosto de 2007 a 21 de junho de 2009, observado o disposto no parágrafo único do artigo 3º da Lei 11.967/09, com a opção da percepção de 65% do valor integral, inclusive de todas as demais vantagens legais.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães (em substituição ao ex-Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Rio Grande do Sul
Vista: Cons. Almino Afonso

Nesta sessão foi solicitado o adiamento do julgamento.

- 3) Processo: 0.00.000.000040/2011-12 (Pedido de Providências)
Requerente: Fernando Zardini Antonio - Procurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo
Assunto: Requer providências acerca da aplicação e extensão do teor do artigo 15, parágrafo único, da Resolução nº 13, de 02 de outubro de 2006, no âmbito do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Fabiano Silveira
Cons. Mario Bonsaglia
Cons. Jarbas Soares Júnior

Nesta sessão foi solicitado o adiamento do julgamento.

- 4) Processo: 0.00.000.000488/2012-17 (Proposta de Resolução)
Proponente: Cons. Almino Afonso Fernandes
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a requisição de membros auxiliares e o convite a membros colaboradores do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes

Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Mario Bonsaglia
Cons. Jeferson Coelho
Cons. Claudia Chagas

Não deliberado nesta sessão.

- 5) Processo: 0.00.000.000139/2012-03 (Pedido de Avocação)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Pedido de avocação do Procedimento Administrativo Disciplinar nº 15/2011, em tramitação na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Almino Afonso

Não deliberado nesta sessão.

- 6) Processo: 0.00.000.001438/2009-51 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerentes: Jorge Alves de Souza
Pedro Américo da Silveira
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas
Assunto: Alegação de inércia do Ministério Público Federal no Estado do Amazonas nas representações PR/AM nº1.13.000.000511/2002-98 e 1.13.000.000.297/2001-99.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Amazonas
Vista: Cons. Mario Bonsaglia

Não deliberado nesta sessão.

- 7) Processo: 0.00.000.000461/2011-43 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Denes Ferreira Mendes - Juiz de Direito
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Visa apurar denúncia de ausência sistemática de Promotores às audiências do Juizado Especial de Nepomuceno/MG, bem como ausência de membro do Parquet em expediente semanal naquela Comarca.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior

Não deliberado nesta sessão.

- 8) Processo: 0.00.000.000899/2011-21 (Recurso Interno)
Recorrente: Lidiane Soares Saija
Advogado: Francisco Alf de Carvalho e Silva - OAB/RS 79.818
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade de Decisões do Conselho.
Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Origem: Rio Grande do Sul
Vista: Cons. Almino Afonso

- 9) Processo: 0.00.000.001398/2011-62 (Procedimento de Controle Administrativo) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.001378/2011-91)
Requerentes: Procuradores Regionais do Trabalho: Andrea Ehlke, Egle Rezek, José Valdir Machado, Laura Martins Maia de Andrade, Marisa Marcondes Monteiro, Paulo Cesar de Moraes Gomes e Sandra Borges de Medeiros;
Procuradores do Trabalho: Daniel Augusto Gaiotto, Lídia Mendes Gonçalves e Maria Beatriz Almeida Brandt.
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Requer a sustação de ato da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, que visa à implementação de rodízio compulsório entre as Coordenadorias de 1º e 2º graus, com retirada compulsória dos procedimentos e ações judiciais distribuídos livremente aos Procuradores e ainda não finalizados.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Alessandro Tramujas
Cons. Jeferson Coelho

Nesta sessão foi solicitado o adiamento do julgamento.

- 10) Processo: 0.00.000.001611/2011-36 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Pedido de Revisão do Processo Disciplinar nº 004/2010, que tramitou na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Almino Afonso
Cons. Jarbas Soares Júnior

O Conselho, por unanimidade, deliberou pela improcedência do pedido.

- 11) Processo: 0.00.000.000468/2012-46 (Arguição de Suspeição e Impedimento)
Requerente: Ubirajara Índio do Brasil Ferreira de Araujo
Requerido: Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Assunto: Arguição de suspeição da Conselheira Claudia Maria de Freitas Chagas para integrar o julgamento do Pedido de Providências nº 0.00.000.000043/2011-56.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Paraná
Vista: Cons. Almino Afonso

Não deliberado nesta sessão.

- 12) Processo: 0.00.000.000178/2012-01 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - AMPERJ
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga - OAB/DF nº 12.500
Roberto Baptista - OAB/DF nº 3.212
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Requer o controle administrativo dos atos do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro referentes à contratação direta de empresa particular para ministrar cursos de autoproteção a determinado grupo de membros do

Parquet na cidade de Orlando, Estado da Flórida, EUA.
Relator(a): Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Almino Afonso
Cons. Mario Bonsaglia
Cons. Jarbas Soares Júnior

Não deliberado nesta sessão.

- 13) Processo: 0.00.000.000678/2012-34 (Arguição de Suspeição e Impedimento)
Requerente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros - Subprocurador-Geral da República
Requerido: Cons. Almino Afonso Fernandes
Assunto: Arguição de suspeição do Conselheiro Almino Afonso na relatoria do Recurso Interno nº 0.00.000.001493/2011-66.
Relator(a): Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Mario Bonsaglia

Não deliberado nesta sessão.

- 14) Processo: 0.00.000.000781/2011-01 (Sindicância)
Requerente: Paulo Roberto Guedes Fonseca
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Sindicância instaurada para apurar eventual responsabilidade disciplinar de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em razão de fatos ocorridos durante diligência realizada no Condomínio Residencial Planície do Araguaia.
Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Almino Afonso

Nesta sessão foi solicitado o adiamento do julgamento.

- 15) Processo: 0.00.000.000400/2012-67 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Guilherme Vieira de Castro - Promotor de Justiça
João Paulo Pedrosa Barbosa - Promotor de Justiça
Oscar Ricardo de Andrade Nóbrega - Promotor de Justiça
Vanessa Cavalcanti de Araújo - Promotora de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Visa à anulação de ato administrativo do Ministério Público do Estado de Pernambuco quanto à aparente ilegalidade na publicação de editais de promoção de membros do Parquet. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Mario Bonsaglia

Não deliberado nesta sessão.

- 16) Processo: 0.00.000.000881/2012-19 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Requer a nomeação dos candidatos aprovados em concurso público para o cargo de Analista Processual do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pois

alega inconstitucionalidade e ilegalidade na criação dos cargos comissionados de Assessoramento de Procuradoria. Pedido de Liminar.

Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral

Origem: Rio de Janeiro

Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior

Nesta sessão foi solicitado o adiamento do julgamento.

17) Processo: 0.00.000.000927/2012-91 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerente: Edson Bezerra Matos

Interessados: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP

Associação Paulista do Ministério Público – APMP

Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo

Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF n.º 12.500

Renato Magalhães Viana – OAB/SP n.º 292.316

Jordana Costa e Silva – OAB/DF n.º 37.064

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Assunto: Visa à desconstituição do Ato Normativo nº 742/2012, que instituiu o Auxílio Alimentação para os membros do *Parquet* de São Paulo, e do Ato nº 38/2012, que fixou o valor daquele benefício, ambos do Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, com suspensão imediata dos seus efeitos. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Almino Afonso

Nesta sessão foi solicitado o adiamento do julgamento.

18) Processo: 0.00.000.000954/2012-64 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerente: Cleide Ramos Reis - Promotora de Justiça

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Assunto: Requer a declaração de nulidade do art. 1º, VII e VIII, da Resolução nº 66/2007, do Conselho Superior do Ministério Público da Bahia, bem como seja fixado entendimento, dentre outras providências, de inaplicabilidade de vedação absoluta de pedidos de licença para aperfeiçoamento funcional durante o período eleitoral.

Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz

Origem: Bahia

Vista: Cons. Fabiano Silveira

Cons. Adilson Gurgel

Não deliberado nesta sessão.

19) Processo: 0.00.000.000215/2012-72 (Processo Disciplinar)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Amazonas

Assunto: Processo Disciplinar contra membros do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Taís Ferraz

Não deliberado nesta sessão.

20) Processo: 0.00.000.000661/2012-87 (Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público)
Requerente: João Medeiros Silva Neto - Promotor de Justiça/MG
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer a devolução do Inquérito Civil Público n.º MPMG-0024.12.001.113-5 à 17ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público de Belo Horizonte, em virtude de avocação daqueles autos por meio de ato praticado pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Mario Bonsaglia
Cons. Fabiano Silveira

O Conselho, por unanimidade, deliberou pela improcedência do pedido. Declarou-se suspeito o Conselheiro Jarbas Soares.

21) Processo: 0.00.000.000662/2012-21 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Associação dos Magistrados Mineiros – AMAGIS
Bruno Terra Dias - Presidente da AMAGIS
Advogados: Felipe Coimbra Cardoso – OAB/MG n.º 100.451
Leonardo Costa Bandeira – OAB/MG n.º 70.056
Sãozio Bioneta Nogueira – OAB/MG n.º 83.092
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer o controle de ato administrativo do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o qual tem promovido a instauração e condução de procedimentos investigatórios de natureza criminal em desfavor de Juízes de Direito, em frontal descumprimento do art. 33, parágrafo único, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Mario Bonsaglia
Cons. Fabiano Silveira
Cons. Jarbas Soares Júnior

Não deliberado nesta sessão.

22) Processo: 0.00.000.001060/2012-91 (Proposta de Resolução)
Proponentes: Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Cons. Taís Schilling Ferraz
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a atuação do Ministério Público nos programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.
Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Tito Amaral

Não deliberado nesta sessão.

23) Processo: 0.00.000.001179/2012-64 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Juliana Bossardi - Promotora de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Requer a suspensão do Edital de remoção n.º 115/2012 da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que foi julgado prejudicado por falta de habilitados aptos, bem como a suspensão liminar do julgamento do Edital de

promoção nº 147/2012. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Rio Grande do Sul
Vista: Cons. Alessandro Tramujas

Não deliberado nesta sessão.

- 24) Processo: 0.00.000.001207/2012-43 (Processo Disciplinar Advogado) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.001663/2011-11)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul
Advogados: Ana Paula Tavares Simões - OAB/MS nº 10.031
Claudia Regina Dias Arakaki Ishikawa - OAB/MS nº 7089
Derli Souza dos Anjos - OAB/MS nº 5984
Fábio Rocha - OAB/MS nº 9987
Luís Cláudio Alves Pereira - OAB/MS nº 7682
Paulo Tadeu Haendchen - OAB/MS nº 2926-B
Regina Paula de Campos Haendchen Rocha - OAB/MS nº 8066
Rêmolo Letteriello - OAB/MS nº 15000
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar advogado do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Almino Afonso

Não deliberado nesta sessão.

- 25) Processo: 0.00.000.000733/2012-96 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - AMPERJ
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga - OAB/DF nº 12.500
Roberto Baptista - OAB/DF nº 3.212
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Requer a suspensão da eficácia do Projeto de Lei formulado pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o qual atribui competências institucionais próprias de Promotores de Justiça a Procuradores de Justiça. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Mario Bonsaglia

Não deliberado nesta sessão.

- 26) Processo: 0.00.000.001528/2012-48 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Alessandra Andrez Cabrera João Borowski - Promotora de Justiça Criminal
Danilo Palamone Agudo Romão - Promotor de Justiça Criminal
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Requer a impugnação do Edital e listagem dos inscritos para as funções eleitorais para o biênio de 2013/2014 no Município de São Paulo, que supostamente descumpra a Resolução CNMP nº 30/2008, a qual estabelece parâmetros para a indicação e a designação de membros do Ministério Público para exercer função eleitoral em 1º grau. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: São Paulo

Vista: Cons. Alessandro Tramujas

O Conselho por maioria, deliberou pela improcedência do pedido, nos termos do voto divergente do Conselheiro Alessandro Tramujas. Vencidos o Relator Cons. Tito Amaral, os Conselheiros Maria Ester, Mario Bonsaglia, Fabiano Silveira e Jarbas Soares que votaram pela procedência do mesmo.

- 27) Processo: 0.00.000.000131/2011-58 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Beatriz Leal de Oliveira
Advogados: Handerson S. Murtha - OAB/RJ 85.117
José Murta Ribeiro Neto - OAB/RJ 102.138
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Revisão de Processo Disciplinar que tramitou no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, aplicando pena de suspensão.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Rio de Janeiro
Não deliberado nesta sessão.

- 28) Processo: 0.00.000.000077/2008-45 (Processo Disciplinar)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Apuração do item intitulado "Pagamento de gratificações de produtividade a servidores do MP/AM", constante do acórdão proferido nos autos do processo CNMP 0.00.000.000019/2007-31.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal
Não deliberado nesta sessão.

- 29) Processo: 0.00.000.000499/2010-35 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Cons. Almino Afonso Fernandes
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Visa apurar as informações prestadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia nos relatórios de inspeção e nas decisões proferidas acerca das contas da Administração do Ministério Público Estadual, a partir do ano de 2005.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal
Não deliberado nesta sessão.

- 30) Processo: 0.00.000.000971/2011-11 (Recurso Interno)
Recorrente: Vladimir Barros Arras - Procurador da República
Assunto: Recurso Interno em Processo CNMP nº 0.00.002.000325/2010-52, que trata de pagamento de diferença de remuneração de membro auxiliar do órgão.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal
Não deliberado nesta sessão.

- 31) Processo: 0.00.000.001400/2009-89 (Sindicância)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Sindicância instaurada para apurar suposta falta funcional decorrente da inércia na apuração dos fatos constantes no Procedimento Preliminar nº 249.06,

instaurado em 06.11.2006.

Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

32) Processo: 0.00.000.001427/2009-71 (Reclamação Disciplinar)

Requerente: Maria Regina Alves Amâncio

Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Amazonas

Assunto: Reclamação Disciplinar que visa apurar suposta violação aos deveres funcionais previstos na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Origem: Amazonas

Não deliberado nesta sessão.

33) Processo: 0.00.000.000296/2011-20 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe

Assunto: Visa apurar as informações prestadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe nos relatórios de inspeção e nas decisões proferidas acerca das contas da Administração do Ministério Público Estadual, a partir do ano de 2005.

Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes

Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

34) Processo: 0.00.000.000712/2011-90 (Recurso Interno)

Recorrente: Roberto Antônio Dassié Diana - Procurador da República

Assunto: Recurso Interno interposto no procedimento administrativo CNMP nº 0.00.002.000076/2011-86, referente a requerimento de pagamento de diferença de subsídio correspondente ao cargo de Subprocurador-Geral da República.

Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes

Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

35) Processo: 0.00.000.001012/2011-12 (Pedido de Providências)

Requerente: Geraldo Henrique Alves

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Assunto: Requer providências junto ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em relação à adoção de medidas cabíveis a programar plantão de Promotores de Justiça na Comarca de Juiz de Fora/MG, visando ao atendimento necessário à população.

Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro

Origem: Minas Gerais

Não deliberado nesta sessão.

36) Processo: 0.00.000.000038/2010-62 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público Militar

Assunto: Visa analisar a adequação, no âmbito do Ministério Público Militar, do programa

de estágio a estudantes, em conformidade com as disposições gerais da Resolução CNMP nº 42/2009.

Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes

Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

37) Processo: 0.00.000.002319/2010-50 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerentes: Carlos Henrique Tôrres de Souza - Promotor de Justiça

Cláudia Spranger e Silva Luiz Motta - Promotor de Justiça

Élida de Freitas Rezende - Promotora de Justiça

Heleno Rosa Portes - Promotor de Justiça

Magali Albanesi Amaral - Promotora de Justiça

Reyvani Jabour Ribeiro - Promotora de Justiça

Simone Maria Azzi Azevedo Chinelato - Promotora de Justiça

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Assunto: Requer a sustação imediata dos efeitos da Resolução PGJ nº 72/2010, da Câmara de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares

Origem: Minas Gerais

Não deliberado nesta sessão.

38) Processo: 0.00.000.002178/2010-75 (Recurso Interno)

Recorrente: Roberto Marcelino Sales

Advogado: Ricardo Ponzetto – OAB/SP nº 126.245 (Ponzetto Advogados Associados – OAB/SP nº 8.860)

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia

Origem: São Paulo

Não deliberado nesta sessão.

39) Processo: 0.00.000.001271/2011-43 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerente: Alessandro de Oliveira Souza Silva

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Assunto: Requer providências em relação à cobrança ilegal, por parte do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, de taxa para emissão de certidão de informação.

Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia

Origem: Rio de Janeiro

Não deliberado nesta sessão.

40) Processo: 0.00.000.001209/2009-37 (Revisão de Processo Disciplinar)

Requerente: Conectas Direitos Humanos

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Assunto: Pedido de Revisão de Processo Administrativo Disciplinar nº 2.358/09 - CGMP

Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia

Origem: São Paulo

Não deliberado nesta sessão.

- 41) Processo: 0.00.000.001150/2011-00 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Allan Kardec Carlos Dias
Interessada: Valma Leite da Cunha - Promotora de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Minas Gerais quanto a denúncias envolvendo a Fundação Comunitária Tricordiana de Educação e a Universidade Vale do Rio Verde em Três Corações/MG.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: Minas Gerais

Nesta sessão foi solicitado o adiamento do julgamento.

- 42) Processo: 0.00.000.000208/2012-71 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: José Eduardo Carvalho Araújo - Promotor de Justiça
Joselisse Nunes de Carvalho Costa - Promotora de Justiça
Rodrigo Roppi de Oliveira - Promotor de Justiça
Sávio Eduardo Nunes de Carvalho - Promotor de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Requer a suspensão dos Editais para provimento das Promotorias de Justiça/PI (nº 035/12, 036/12, 037/12 e 038/12) criadas pela Lei Complementar Estadual/PI nº 160/2010, que criou 11 Promotorias de Justiça de entrância final, bem como a publicação de qualquer edital de promoção/remoção.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Piauí

Não deliberado nesta sessão.

- 43) Processo: 0.00.000.001606/2011-23 (Recurso Interno) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.000198/2010-10)
Recorrente: Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado da Bahia
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Recurso Interno interposto em face de decisão monocrática do Corregedor Nacional do Ministério Público, que determinou o arquivamento do pedido de revisão do processo disciplinar nº 139384/2010, em trâmite na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Bahia

Não deliberado nesta sessão.

- 44) Processo: 0.00.000.000237/2012-32 (Pedido de Providências)
Requerentes: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – ANMPDFT
Associação Nacional do Ministério Público Militar - ANMPM
Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR
Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT
Interessados: Alexandre Camanho de Assis - Presidente da ANPR
Antônio Marcos Dezan - Presidente da ANMPDFT
Marcelo Weitzel Rabello de Souza - Presidente da ANMPM
Sebastião Vieira Caixeta - Presidente da ANPT

Assunto: Requer a análise de viabilização da possibilidade de fracionamento das férias dos membros do Ministério Público da União, a pedido do interessado e no interesse da Administração, em períodos não-inferiores a sete dias.

Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes

Origem: Distrito Federal

Nesta sessão foi solicitado o adiamento do julgamento.

45) Processo: 0.00.000.000328/2012-78 (Proposta de Resolução)

Proponente: Cons. Adilson Gurgel de Castro

Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre o Código de Ética no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.

Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro

Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

46) Processo: 0.00.000.002297/2010-28 (Recurso Interno)

Recorrente: Edelvan Romano Rosa

Recorrido: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo.

Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia

Origem: Rio de Janeiro

Não deliberado nesta sessão.

47) Processo: 0.00.000.001085/2011-12 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado de Pernambuco

Requerido: Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco

Assunto: Requer suspensão e desconstituição de ato administrativo do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco, que atribui a tutela dos direitos de habitação e urbanismo à 6ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão.

Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia

Origem: Pernambuco

O Conselho, por unanimidade, deliberou pela improcedência do pedido. Os Conselheiros Fabiano Silveira e Almino Afonso fizeram ressalvas no voto do Relator quanto à argumentação mas aderindo às conclusões do relator, que as acolheu.

48) Processo: 0.00.000.001197/2011-65 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerentes: Carlos Henrique Tôrres de Souza - Promotor de Justiça

Helena Rosa Portes - Promotor de Justiça

Márcio Gomes de Souza - Procurador de Justiça

Mário Konichi Higuchi Júnior - Promotor de Justiça

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Assunto: Visa à suspensão dos efeitos de ato administrativo do Ministério Público do Estado de Minas Gerais em face de concessão de licença, a membro do Parquet, para trabalhar em empresa privada. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Alessandro Tramujas Assad

Origem: Minas Gerais

Não deliberado nesta sessão.

49) Processo: 0.00.000.001280/2011-34 (Recurso Interno)
Recorrente: Ilva Facio Netto Lasmar
Recorrido: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento do pedido de Revisão de Processo Disciplinar.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Minas Gerais

Não deliberado nesta sessão.

50) Processo: 0.00.000.000551/2012-15 (Proposta de Resolução)
Proponente: Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP nº 14/2006, para dispor sobre a constituição de Comissões Revisoras no âmbito dos concursos públicos realizados pelo Ministério Público brasileiro.
Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

51) Processo: 0.00.000.001034/2010-00 (Sindicância)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Sindicância instaurada para apurar supostas irregularidades em processos licitatórios referentes à aquisição de prédio anexo e reformas da sede e anexos da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí.
Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

52) Processo: 0.00.000.000535/2011-41 (Embargos de Declaração)
Embargante: Maurício Vicente Silvério
Advogado: Benedito Hilário de Melo - OAB/AC nº 2058
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que negou provimento ao Recurso Interno.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: São Paulo

Não deliberado nesta sessão.

53) Processo: 0.00.000.000997/2011-69 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Elia Blanca Mendonça de Pinto Braga
Interessados: Breno Wohl Bruno
Francisca Ferreira Freire
Gustavo Wagner Silva Santos
Requerido: Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Visa à apuração de ato administrativo do Ministério Público Militar/RJ devido à requisição irregular de militares das forças armadas para prover cargo de Técnico de Apoio Especializado em Transporte e Segurança, em detrimento de nomeação de candidatos aprovados no VI concurso do Ministério Público da União.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Rio de Janeiro

Não deliberado nesta sessão.

- 54) Processo: 0.00.000.000152/2012-54 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Luiz Ivan Cunha Oliveira
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Visa à apuração de ato administrativo do Ministério Público Federal quanto ao indeferimento de pleito relativo ao pagamento retroativo de Adicional de Atividade Penosa a servidor do órgão.
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Acre

Não deliberado nesta sessão.

- 55) Processo: 0.00.000.000899/2010-41 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o cumprimento das Resoluções CNMP nºs 09 e 10/2006, que dispõem sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional para membros e servidores.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

- 56) Processo: 0.00.000.001541/2010-35 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

- 57) Processo: 0.00.000.000080/2011-64 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto - Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas
Antiógenes Marques de Lira - Corregedor-Geral Substituto
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Assunto: Visa à revisão de decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas em processo de concessão de aposentadoria compulsória por invalidez requerida por Promotor de Justiça.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Alagoas

Não deliberado nesta sessão.

- 58) Processo: 0.00.000.001440/2011-45 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Emília Rodrigues Oliveira
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de São Paulo em apurar denúncia de crime supostamente cometido por policiais militares em

Arujá-Grande/SP e o excesso de prazo para conclusão do Inquérito Policial de nº 408/2000.

Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro

Origem: São Paulo

Não deliberado nesta sessão.

- 59) Processo: 0.00.000.000245/2012-89 (Recurso Interno)
Recorrente: Albanira Lobato Bemerguy
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Pará.

Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro

Origem: Pará

Não deliberado nesta sessão.

- 60) Processo: 0.00.000.000459/2012-55 (Recurso Interno)
Recorrente: Gustavo Barbosa Lima
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo.

Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz

Origem: Rio de Janeiro

Não deliberado nesta sessão.

- 61) Processo: 0.00.000.000500/2012-93 (Recurso Interno)
Recorrente: Maurício Vicente Silvério
Advogado: Benedito Hilário de Melo - OAB/AC nº 2058
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que não conheceu Pedido de Providências.

Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia

Origem: São Paulo

Não deliberado nesta sessão.

- 62) Processo: 0.00.000.000659/2012-16 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Sebastião Santana de Souza
Advogados: Aracéli Alves Rodrigues - OAB/DF nº 21.203
Jean Paulo Ruzzarin - OAB/DF nº 21.006
Rudi Meira Cassel - OAB/DF nº 22.256 e OAB/RJ nº 170.271
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Visa ao controle de ato administrativo do Ministério Público da União quanto ao indeferimento de pedido de remoção requerido por servidor da Procuradoria da República no Município de Dourados/MS, para acompanhamento de cômputo.

Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz

Origem: Mato Grosso do Sul

Não deliberado nesta sessão.

- 63) Processo: 0.00.000.000837/2012-09 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Antônio Lira Barbosa
Roberto Sousa de Oliveira Pacheco
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado de Roraima
Assunto: Visa apurar a legalidade de procedimento adotado pela Procuradoria do Trabalho em Boa Vista, ao manter servidores cedidos pela Prefeitura Municipal para desempenhar funções de Técnico Administrativo Apoio Especializado Segurança, com prejuízo dos candidatos aprovados no VI Concurso Público do Ministério Público da União.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Roraima
Não deliberado nesta sessão.
- 64) Processo: 0.00.000.001558/2010-92 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal
Não deliberado nesta sessão.
- 65) Processo: 0.00.000.001795/2010-53 (Pedido de Providências)
Requerente: Sindipúblicos - Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo
Interessado: Gerson Correia de Jesus - Presidente do Sindipúblicos
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Visa à apuração de denúncia veiculada em publicação jornalística acerca de irregularidades na contratação de empresa terceirizada no âmbito do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Espírito Santo
Não deliberado nesta sessão.
- 66) Processo: 0.00.000.002381/2010-41 (Recurso Interno)
Recorrente: Frederico Bôa-Viagem Rabello
Recorrido: Ministério Público Federal - PRR/5ª Região
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Pernambuco
Não deliberado nesta sessão.
- 67) Processo: 0.00.000.000438/2011-59 (Recurso Interno)
Recorrente: Florismar de Paula Sandoval
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de Tocantins.

Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes

Origem: Tocantins

Não deliberado nesta sessão.

68) Processo: 0.00.000.001065/2011-33 (Processo Disciplinar Advogado) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.001427/2010-13)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Assunto: Processo Administrativo Disciplinar nº 311021 contra membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia

Origem: Distrito Federal

Nesta sessão foi solicitada a retirada de pauta de julgamento.

69) Processo: 0.00.000.000256/2012-69 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerente: Marcelo José da Costa Petry - Promotor de Justiça

Advogado: Surian Voges Dutra – OAB/RS nº 77.720

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Assunto: Requer a reforma da decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul em relação à promoção por merecimento de Promotor de Justiça, referente ao Edital nº 16/2012. Pedido de Liminar.

Relator(a): Cons. Alessandro Tramujas Assad

Origem: Rio Grande do Sul

Não deliberado nesta sessão.

70) Processo: 0.00.000.000369/2012-64 (Recurso Interno)

Recorrente: Sigiloso

Recorridos: Servidores do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Amazonas

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra servidores do Ministério Público Federal.

Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia

Origem: Amazonas

Não deliberado nesta sessão.

71) Processo: 0.00.000.000443/2012-42 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerentes: Antônio Nilo Rayol Lobo Segundo - Procurador da República

Clayton Ricardo de Jesus Santos - Procurador da República

Tadeu Ribeiro de Vianna Bandeira - Juiz de Direito

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Assunto: Visa ao controle de ato administrativo do Ministério Público do Estado do Ceará quanto à negativa de pagamentos de valores pertinentes a adicional por tempo de serviço (ATS), pleiteados por membros do *Parquet*.

Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães

Origem: Ceará

Não deliberado nesta sessão.

72) Processo: 0.00.000.000637/2012-48 (Procedimento de Controle Administrativo) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.000638/2012-92)
Requerente: Joana Sarmiento de Matos - Juíza de Direito Substituta
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima
Assunto: Visa apurar a ausência frequente de membros do Ministério Público do Estado de Roraima para acompanhamento de audiência no Tribunal de Justiça da Comarca de Boa Vista.
Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Origem: Roraima

Não deliberado nesta sessão.

73) Processo: 0.00.000.000666/2012-18 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Airton Pedro Marin Filho - Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Pedido de Revisão do Processo Disciplinar Administrativo nº 2010001120000999, do Ministério Público do Estado de Rondônia.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Rondônia

Nesta sessão foi solicitado o adiamento do julgamento.

74) Processo: 0.00.000.000672/2012-67 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Edgardy Anderson Luz Gomes
Advogado: Vitamá Pereira Luz Gomes - OAB/TO nº 43-B
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Tocantins em dar andamento à Representação protocolada sob o nº 0059113, em tramitação naquela Unidade Ministerial.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: Tocantins

Nesta sessão foi solicitado o adiamento do julgamento.

75) Processo: 0.00.000.000878/2012-97 (Recurso Interno)
Recorrente: Vitor Moreira da Fonsêca - Promotor de Justiça
Recorrido: Procuradoria Regional Eleitoral - Ministério Público Federal no Estado do Amazonas
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que indeferiu pedido de liminar em Procedimento de Controle Administrativo.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Amazonas

Não deliberado nesta sessão.

76) Processo: 0.00.000.000918/2012-09 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Adriana Silva Ladeira
Requerido: Procuradoria Geral da República
Assunto: Visa apurar a legalidade da Portaria nº 342/2012, da Procuradoria Geral da República, que, com base em decisão exarada no PCA/CNMP nº 0.00.000.001070/2011-46, exonerou retroativamente a requerente de função comissionada, com exigência de restituição dos valores anteriormente recebidos.

Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes

Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

- 77) Processo: 0.00.000.000942/2012-30 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Terceira Turma de Recursos de Chapecó - Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Requer a apuração da legalidade do Termo de Convênio nº 09/2006, firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e a Secretaria de Estado de Segurança Pública da referida Unidade da Federação.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Santa Catarina

Não deliberado nesta sessão.

- 78) Processo: 0.00.000.000948/2012-15 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Marcius Cruz da Ponte Souza
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Requer a revisão de ato administrativo da Comissão do 13º Concurso para o cargo de Procurador do Trabalho, que indeferiu a inscrição definitiva do requerente e o excluiu do certame, sob o fundamento de não comprovação do efetivo exercício de atividade jurídica até a data daquela inscrição, estando sua vaga reservada judicialmente.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Ceará

Nesta sessão foi solicitado o adiamento do julgamento.

- 79) Processo: 0.00.000.000985/2012-15 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer que este Conselho determine ao Ministério Público do Estado do Ceará que cumpra o artigo 19 da Lei Estadual nº 14.043/2007, no tocante ao Concurso de Remoção daquele Ministério Público. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Ceará

Não deliberado nesta sessão.

- 80) Processo: 0.00.000.000992/2012-17 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Fábio Paulo da Costa Latorraca - Promotor de Justiça
Thiago Scarpellini Vieira - Promotor de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Assunto: Requer a determinação deste Conselho ao Ministério Público do Estado do Mato Grosso que, quando da análise dos pedidos de promoção/remoção de seus membros, seja observada a ordem de classificação no concurso público e não o critério de tempo de serviço público, conforme tem sido praticado. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Mato Grosso

Não deliberado nesta sessão.

- 81) Processo: 0.00.000.001030/2012-85 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: José Anderson Cordeiro
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Paraná
Assunto: Alegação de inércia do Ministério Público Federal no Estado do Paraná em dar andamento ao protocolo nº 125.000.001030/2012-51 e ainda não agendar prazo para atendimento presencial.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Paraná

Não deliberado nesta sessão.

- 82) Processo: 0.00.000.001148/2012-11 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Mônica Fajardo dos Reis
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a suspensão dos efeitos do ato de nomeação ou, caso já tenha sido levado a efeito, do ato de posse de candidata ao cargo de Técnico Administrativo do Ministério Público da União em vaga existente na cidade de Juiz de Fora/MG, o qual preteriu a nomeação de candidata melhor classificada. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Minas Gerais

Não deliberado nesta sessão.

- 83) Processo: 0.00.000.001169/2012-29 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho)
Requerente: Marco Antônio Delfino de Almeida - Procurador da República
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer a determinação do pagamento do adicional de tempo de serviço referente aos meses de janeiro a setembro de 2006, com os devidos acréscimos legais, conforme decisão proferida no processo CNMP nº 0.00.000.000775/2007-60. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Mato Grosso do Sul

Não deliberado nesta sessão.

- 84) Processo: 0.00.000.000135/2010-55 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Visa apurar a legalidade das despesas efetuadas pelo Fundo Especial de Modernização do Ministério Público do Estado do Piauí (FMMP/PI), nos anos de 2008/2009, com encaminhamento, ao Procurador-Geral da República, da lei de sua criação, para análise de sua constitucionalidade - ref. fl. 145 (pg. 143 do Relatório Conclusivo da Inspeção).
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

- 85) Processo: 0.00.000.000183/2010-43 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Visa averiguar a regularidade dos pagamentos de diárias a membros do Ministério Público do Estado do Piauí, efetuados no decorrer dos anos de 2008 e 2009 - ref. fl. 205 (pg. 203 do Relatório Conclusivo da Inspeção).
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Distrito Federal

Nesta sessão foi solicitado o adiamento do julgamento.

86) Processo: 0.00.000.000186/2010-87 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação Piauiense do Ministério Público
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Procedimento de Controle Administrativo.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

87) Processo: 0.00.000.001658/2011-08 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho)
Requerente: Francisco Antônio Távora Colares
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer o cumprimento da decisão proferida pelo Conselho Nacional do Ministério Público no Processo nº 626/2010-04, que determinou ao Ministério Público do Estado do Ceará a concessão de gratificação por trabalho relevante pleiteada pelo requerente.
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Ceará

Não deliberado nesta sessão.

88) Processo: 0.00.000.000264/2012-13 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Darlon Costa Duarte
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a alteração da Portaria PGR/MPU nº 378, em relação à exigência de comprovação de cumprimento de 40% da carga horária do curso de graduação no momento da inscrição para o processo seletivo de estagiário.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Bahia

Não deliberado nesta sessão.

89) Processo: 0.00.000.000333/2012-81 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Alberto Freire Ledur - Presidente do SIMPE/RS
Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Rio Grande do Sul-SIMPE/RS
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Requer a apuração de fatos ocorridos no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, que caracterizam atitude discriminatória e violação do direito de liberdade sindical, envolvendo servidores em manifestação de reivindicação salarial.
Relator(a): Cons. Alessandro Tramuja Assad
Origem: Rio Grande do Sul

Não deliberado nesta sessão.

- 90) Processo: 0.00.000.000701/2012-91 (Recurso Interno)
Recorrente: Rogério Stuani
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: São Paulo

Não deliberado nesta sessão.

- 91) Processo: 0.00.000.000769/2012-70 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Lorena Lima Nascimento
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Requer liminarmente a suspensão do 14º concurso público para provimento do cargo de Promotor de Justiça do Estado da Paraíba, bem como anulação da 2ª fase do certame. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Paraíba

Não deliberado nesta sessão.

- 92) Processo: 0.00.000.001051/2012-09 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Maria Iracema Martins do Vale
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Requer o controle de ato administrativo da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região, que determinou a não renovação da requisição de sua servidora Luciana Maria Rocha Sampaio, técnica administrativa, para prestação de serviços à Justiça Eleitoral.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: Ceará

Não deliberado nesta sessão.

- 93) Processo: 0.00.000.001078/2012-93 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Visa ao acompanhamento e à fiscalização, no âmbito do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, do cumprimento da legislação relativa ao acesso à informação, conforme disposto na Resolução CNMP nº 89/2012.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

- 94) Processo: 0.00.000.001106/2012-72 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Marcos Coelho Parahyba Júnior
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Requer que este Conselho determine ao Ministério Público do Estado do Piauí que se adeque às exigências da Resolução nº 87/2012 e que seja emitido

provimento autorizando a comprovação do período de atividade jurídica somente por ocasião da posse do concurso para Promotor de Justiça. Pedido de Liminar.

Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas

Origem: Piauí

Não deliberado nesta sessão.

95) Processo: 0.00.000.001124/2012-54 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)

Requerente: Josefa da Silva Cavalcante

Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas

Assunto: Alegação de possível inércia por parte do Ministério Público do Estado de Alagoas que, ao receber denúncia de cidadão, a este não apresenta retorno nem protocolo para acompanhamento de denúncias efetuadas.

Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães

Origem: Alagoas

Não deliberado nesta sessão.

96) Processo: 0.00.000.001227/2012-14 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerente: Francisco Luciano Bezerra dos Santos

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer que este Conselho verifique, na sequência de nomeações para o concurso público para servidores do Ministério Público da União, a ordem de nomeação dos candidatos portadores de necessidades especiais, tendo em vista o possível prejuízo do requerente, nesta qualidade, não nomeado para vaga em local no qual tinha interesse.

Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral

Origem: São Paulo

Não deliberado nesta sessão.

97) Processo: 0.00.000.000330/2010-85 (Recurso Interno)

Recorrente: Cid Leonardo Silva

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia

Origem: Espírito Santo

Não deliberado nesta sessão.

98) Processo: 0.00.000.000591/2011-86 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerente: Alexandre da Silva Arruda - Juiz Federal Substituto

Requerido: Ministério Público Federal

Assunto: Requer a revisão de decisão proferida no Processo PGR/MPF nº 1.00.000.015475/2009-91, que indeferiu o pedido de conversão em pecúnia de licença-prêmio não usufruída pelo reclamante no cargo de Procurador da República.

Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas

Origem: Rio de Janeiro

Após o voto da Relatora Conselheira Cláudia Chagas indeferindo o PCA, pediram vista os Conselheiros Fabiano Silveira, Taís Ferraz e Mário Bonsaglia. Os demais aguardam.

99) Processo: 0.00.000.000732/2011-61 (Embargos de Declaração)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins
Advogado: Roger de Mello Ottano - OAB/TO nº 4.155
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Processo Disciplinar, para aplicar a pena de suspensão por 60 (sessenta) dias, em face de membro do Ministério Público do Estado de Tocantins.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Distrito Federal
Não deliberado nesta sessão.

100) Processo: 0.00.000.001512/2011-54 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Visa fiscalizar o cumprimento, pelo Ministério Público do Estado de Minas Geras, do disposto na Resolução CNMP nº 37/2009, que regulamenta a proibição do nepotismo no âmbito do Ministério Público brasileiro.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal
Não deliberado nesta sessão.

101) Processo: 0.00.000.000377/2012-19 (Embargos de Declaração)
Embargante: Fátima Maria Souza Aroso Mendes – Promotora de Justiça
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou parcialmente procedente Pedido de Providências.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Maranhão
Não deliberado nesta sessão.

102) Processo: 0.00.000.000673/2012-10 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Eduardo Canavarros de Arruda
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Visa apurar o cumprimento do Regimento Interno da Procuradoria da República do Município de Itajaí/SC no que se refere à decisão administrativa quanto à alocação de função comissionada naquela unidade do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Origem: Santa Catarina
Não deliberado nesta sessão.

103) Processo: 0.00.000.000879/2012-31 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.001458/2009-22)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer providências visando ao cumprimento da decisão exarada pelo Plenário deste Conselho Nacional nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000879/2012-31.
Relator(a): Cons. Alessandro Tramujas Assad

Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

104) Processo: 0.00.000.000884/2012-44 (Pedido de Providências)

Requerente: Sigiloso

Requerido: Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais - Ministério Público Federal

Assunto: Requer providências quanto ao procedimento arbitrário de atendimento sofrido, ao apresentar denúncias para apuração da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior

Origem: Minas Gerais

Não deliberado nesta sessão.

105) Processo: 0.00.000.000914/2012-12 (Pedido de Providências)

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Assunto: Requer que o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco encaminhe ao Conselho Nacional de Justiça informações a respeito de supostas arbitrariedades ocorridas na Penitenciária de Limoeiro.

Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães

Origem: Distrito Federal

O Conselho, por unanimidade, julgou prejudicado o pedido e determinou o encaminhamento de cópia do processo à comissão do sistema prisional.

106) Processo: 0.00.000.001032/2012-74 (Pedido de Providências)

Requerente: Márcio Fernando Elias Rosa - Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo

Assunto: Propõe alteração da Resolução nº 67 deste Conselho para que visitas de inspeção nas unidades de cumprimento de medida socioeducativa tenham periodicidade semestral.

Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro

Origem: São Paulo

Não deliberado nesta sessão.

107) Processo: 0.00.000.001053/2012-90 (Recurso Interno)

Recorrente: Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de São Paulo e Região

Advogados: Agilberto Seródio - OAB/DF nº 10.675

Samuel da Silva Antunes - OAB/DF nº 21.795

Recorrido: Ministério Público do Trabalho

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que não conheceu Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo.

Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro

Origem: São Paulo

Não deliberado nesta sessão.

108) Processo: 0.00.000.001065/2012-14 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerentes: Deborah Pierri - Procuradora de Justiça

Maria da Glória Villaza Borin Gavião de Almeida - Promotora de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Requer que este Conselho analise as atribuições dos Grupos Especiais de Atuação e a sistemática adotada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator(a): Cons. Alessandro Tramuja Assad
Origem: São Paulo

Não deliberado nesta sessão.

109) Processo: 0.00.000.001303/2012-91 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Adriano Alves Marreiros - Promotor de Justiça Militar
Claudia Marcia Ramalho Moreira Luz - Procuradora de Justiça Militar
Ione de Souza Cruz - Promotora de Justiça Militar
Maria Ester Henriques Tavares - Procuradora de Justiça Militar
Requerido: Ministério Público Militar
Assunto: Requer a anulação da Portaria nº 440/2012 editada pelo Procurador-Geral de Justiça Militar, para que a fixação das vagas criadas pela Lei nº 12.673/2012 seja mantida em Brasília e, caso haja necessidade de seu deslocamento, seja esta decisão precedida de amplos estudos e participação da classe, com demonstração de interesse público.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

O Conselho, por maioria, deliberou pela procedência do pedido nos termos do voto do Relator, com a divergência parcial do Conselheiro Tito Amaral que acata a preliminar de perda de objeto. Declarou-se impedida a Conselheira Maria Ester.

110) Processo: 0.00.000.001343/2012-33 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Carolina de Almeida Mesquita - Procuradora do Trabalho
Flávia Veiga Bauler - Procuradora do Trabalho
Jaílida Eulídia da Silva Pinto - Procuradora do Trabalho
José Adilson Pereira da Costa - Procurador do Trabalho
Lorena Pessoa Bravo - Procuradora do Trabalho
Marcelo Crisanto Souto Maior - Procurador do Trabalho
Maria Roberta Melo Komuro da Rocha - Procuradora do Trabalho
Rodrigo Barbosa de Castilho - Procurador do Trabalho
Tatiana Leal Bivar Simonetti - Procuradora do Trabalho
Ulisses Dias de Carvalho - Procurador do Trabalho
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Requer o controle em face do ato administrativo da Procuradoria Geral do Trabalho, que resolveu emitir a Portaria nº 305/2012, prorrogando os efeitos da Portaria nº 332/2011, que havia concedido remoção provisória a membro do Ministério Público do Trabalho, bem como que essa remoção provisória seja anulada, por ausência de previsão na LC nº 75/1993.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

111) Processo: 0.00.000.001378/2012-72 (Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público)
Requerente: Benedito Torres Neto - Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás
Assunto: Requer providências em relação a ameaças de morte sofrida por membro do Ministério Público do Estado de Goiás, as quais estão prejudicando sua atuação e

independência funcional.

Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães

Origem: Goiás

Não deliberado nesta sessão.

112) Processo: 0.00.000.000316/2009-48 (Sindicância)

Requerente: Corregedor Nacional do Ministério Público

Requerido: Membros do Ministério Público do Estado do Pará

Assunto: Sindicância instaurada para apurar responsabilidade disciplinar decorrente de suposta violação aos deveres funcionais por membros do Ministério Público do Estado do Pará.

Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

113) Processo: 0.00.000.001538/2010-11 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Advogado: Antonio Carlos da Costa e Silva - OAB/PI nº 1977

Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Piauí.

Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia

Origem: Distrito Federal

O Conselho, por unanimidade, deliberou pelo arquivamento do feito por não vislumbrar nenhuma irregularidade no pagamento das remunerações aos membros do MP/PI.

114) Processo: 0.00.000.001858/2010-71 (Processo Disciplinar)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Servidora do Ministério Público do Estado do Amazonas

Advogado: Rubenito Cardoso da Silva Júnior – OAB/AM n.º 4.947

Assunto: Processo Disciplinar em desfavor de servidora do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães

Origem: Amazonas

O Conselho, por unanimidade, seguiu o voto do Relator, deliberando pela cassação da aposentadoria da servidora aposentada do Ministério Público do Estado do Amazonas Helena Fiúza do Amaral Souto. O CNMP considerou que a conduta da servidora configurou aplicação irregular de dinheiro público, lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio, infrações passíveis de demissão. Como ela já aposentada, a pena será aplicada por meio da cassação da aposentadoria.

115) Processo: 0.00.000.000037/2011-07 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.000617/2011-96)

Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou instauração de PAD em face do Embargante.

Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Origem: Espírito Santo

Não deliberado nesta sessão.

116) Processo: 0.00.000.000393/2011-12 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Assunto: Visa apurar as informações prestadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão resultantes de auditoria referente a atos administrativos, contratos e pagamentos efetuados no exercício financeiro de 2009, realizada no Ministério Público do Estado.

Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes

Origem: Maranhão

Não deliberado nesta sessão.

117) Processo: 0.00.000.000457/2011-85 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)

Requerente: Marcelo Prochat de Assis

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Minas Gerais em apurar esquema de corrupção envolvendo a Câmara Municipal, o Município e o Fórum, na cidade de Três Pontas/MG.

Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia

Origem: Minas Gerais

Não deliberado nesta sessão.

118) Processo: 0.00.000.001021/2011-11 (Recurso Interno)

Recorrente: Marcus Vinicius Bergo Coelho

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes

Origem: Amazonas

Não deliberado nesta sessão.

119) Processo: 0.00.000.001218/2011-42 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Procedimento de Controle Administrativo.

Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares

Origem: Pernambuco

O Conselho, por unanimidade, reconhece e dá provimento aos embargos de declaração.

120) Processo: 0.00.000.001353/2011-98 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
(Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.001554/2011-95)

Requerente: Cons. Adilson Gurgel de Castro

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Assunto: Alega inércia por parte do Ministério Público do Estado de Goiás diante de denúncias de maus tratos e uso ilegal de animais pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás.

Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia

Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

- 121) Processo: 0.00.000.001415/2011-61 (Pedido de Providências)
Requerente: Ministério Público Federal
Assunto: Requer providências junto ao Conselho Nacional do Ministério Público para que seja esclarecido qual o procedimento a ser adotado no âmbito do Ministério Público da União, no que se refere ao pagamento de ajuda de custo, no caso de remoção a pedido.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Distrito Federal
Não deliberado nesta sessão.
- 122) Processo: 0.00.000.000151/2012-18 (Pedido de Providências) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.000652/2008-18)
Requerente: Fernando Grella Vieira – Procurador de Justiça do Estado de São Paulo
Assunto: Requer providências para assegurar aos membros do *parquet* paulista a fruição de direitos assegurados pela Lei Orgânica do Ministério Público Estadual, ou seja, a remuneração por gratificação, e sua substituição por compensação, pela prestação de serviços de natureza especial nos plantões judiciários.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: São Paulo
Não deliberado nesta sessão.
- 123) Processo: 0.00.000.000182/2012-61 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Wendell Beethoven Ribeiro Agra - Promotor de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Requer o reconhecimento do direito a concorrer na eleição para o Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, mediante controle de constitucionalidade de dispositivos legais que restringem a elegibilidade apenas aos Procuradores de Justiça. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Rio Grande do Norte
Não deliberado nesta sessão.
- 124) Processo: 0.00.000.000574/2012-20 (Pedido de Providências)
Requerente: Benjamin Zymmler - Presidente do Tribunal de Contas da União
Assunto: Cópia do acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União no processo TC 028.017/2009-5, para ciência e orientação junto às unidades jurisdicionadas por este Conselho Nacional.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal
Não deliberado nesta sessão.
- 125) Processo: 0.00.000.000634/2012-12 (Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público)
Requerente: Benis Silva Queiroz Bastos - Corregedora-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público devido à votação do Conselho Superior do *Parquet* do Distrito Federal e Territórios pela

exclusão de recomendação constante no pedido de explicações nº 08190.050861/11- 03, exarado pela Corregedoria-Geral do Órgão.

Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares

Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

126) Processo: 0.00.000.000647/2012-83 (Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público)

Requerente: José Reinaldo Leão Coelho - Promotor de Justiça do Estado do Piauí

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Assunto: Requer a suspensão dos efeitos da Resolução nº 07/2012, editada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí, a qual adicionou a competência para atuar nos processos da 9ª Vara Cível às atribuições da 25ª Promotoria de Justiça daquele Estado, com suposta interferência na autonomia funcional e violação a princípios processuais. Pedido Liminar.

Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia

Origem: Piauí

Não deliberado nesta sessão.

127) Processo: 0.00.000.000689/2012-14 (Pedido de Providências)

Requerente: Tribunal de Contas da União

Assunto: Encaminha cópia do Acórdão TCU-Plenário nº 1793/2011, proferido no processo nº TC 011.653/2010-2, que faz recomendações referentes ao aperfeiçoamento do sistema de registros de dados da Administração Pública Federal.

Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia

Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

128) Processo: 0.00.000.000995/2012-51 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerente: Alexis Magnus da Costa e Soares

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Assunto: Requer a alteração de gabarito e de critérios de contagem de pontos da prova de analista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia

Origem: Minas Gerais

Não deliberado nesta sessão.

129) Processo: 0.00.000.001011/2012-59 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processos CNMP n.º 0.00.000.001020/2012-40, 0.00.000.001034/2012-63, 0.00.000.001037/2012-05, 0.00.000.001038-2012-41)

Embargante: Ministério Público Federal

Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou parcialmente procedente Procedimento de Controle Administrativo.

Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira

Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

130) Processo: 0.00.000.001039/2012-96 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerente: Maihara Cambraia Silva Gomes
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer a alteração do gabarito das questões 22 e 45 do caderno 3 da prova do Concurso Público para provimento do cargo de analista, especialidade Direito, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Minas Gerais

Não deliberado nesta sessão.

131) Processo: 0.00.000.001071/2012-71 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Visa ao acompanhamento e à fiscalização, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, do cumprimento da legislação relativa ao acesso à informação, conforme disposto na Resolução CNMP nº 89/2012.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: Distrito Federal

Nesta sessão foi solicitada a retirada de pauta de julgamento.

132) Processo: 0.00.000.001089/2012-73 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Visa ao acompanhamento e à fiscalização, no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí, do cumprimento da legislação relativa ao acesso à informação, conforme disposto na Resolução CNMP nº 89/2012.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: Distrito Federal

Nesta sessão foi solicitado o adiamento do julgamento.

133) Processo: 0.00.000.001120/2012-76 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Roberto Ferreira
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer a invalidação da questão nº 44 da prova objetiva do concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Oficial e Analista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, regido pelo edital nº 01/2012.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Minas Gerais

Não deliberado nesta sessão.

134) Processo: 0.00.000.001133/2012-45 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Cássia Lage de Macedo
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Requer que seja determinado à Comissão de Concurso para o cargo de Promotor de Justiça Substituto do Estado do Piauí que defira a inscrição definitiva sem que seja necessária a comprovação de 3 anos de atividade jurídica, devendo tal requisito ser demonstrado apenas no momento eventual de posse, conforme a Resolução CNMP nº 87/2012. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas

Origem: Piauí

Não deliberado nesta sessão.

- 135) Processo: 0.00.000.001146/2012-14 (Processo Disciplinar)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amapá
Advogados: Lindoval Queiroz Alcântara - OAB/AP n.º 507
Sandra Regina Martins Maciel Alcantara - OAB/AP n.º 599
Benedita Dias de Andrade - OAB/AP n.º 933
Assunto: Processo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Amapá.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Distrito Federal

Nesta sessão foi solicitado o adiamento do julgamento.

- 136) Processo: 0.00.000.001150/2012-82 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Alisson de Sousa Dias
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer a anulação das questões 20, 22, 41 e 45 da prova do Concurso Público para provimento do cargo de analista, especialidade Direito, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Minas Gerais

Não deliberado nesta sessão.

- 137) Processo: 0.00.000.001170/2012-53 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: João Lucas Santos Silveira
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer a anulação da questão 44 da prova do Concurso Público para provimento do cargo de analista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Minas Gerais

Não deliberado nesta sessão.

- 138) Processo: 0.00.000.001261/2012-99 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Fânia Helena Oliveira de Amorim - Promotora de Justiça/MT
Advogado: José Fábio Marques Dias Júnior - OAB/MT n.º 6.398
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Assunto: Requer que seja assegurado à requerente o efetivo gozo de licença médica pelo prazo de 30 dias ininterruptos; que seja considerado como trabalhado e sem desconto em folha o período de 14/10/2012 a 25/10/2012; e que seja anulada a decisão do Corregedor Estadual que indeferiu a referida licença médica. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Mato Grosso

Nesta sessão foi solicitada a retirada de pauta de julgamento.

- 139) Processo: 0.00.000.001324/2012-15 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Maria Ângela Lobo Gomes - Procuradora-Chefe Substituta do Trabalho no

Estado de Pernambuco
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Requer a anulação da remoção provisória do Procurador do Trabalho Fábio Romero Aragão Cordeiro ou que esta seja convertida em licença para tratamento de saúde, bem como a revisão de ato que concedeu a prorrogação de prazo por 36 meses, por meio da Portaria n.º 452, de 14/09/2012.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: Pernambuco

Não deliberado nesta sessão.

140) Processo: 0.00.000.001352/2012-24 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerentes: Ailton José da Silva - Presidente da ANMPM
Alexandre Camanho de Assis - Presidente da ANPR
Antônio Marcos Dezan - Presidente da AMPDFT
Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT
Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM
Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR
Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT
Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Presidente da ANPT
José Robalinho Cavalcanti - Vice-Presidente da ANPR

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.

Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira

Origem: Distrito Federal

Nesta sessão foi solicitada a retirada de pauta de julgamento.

141) Processo: 0.00.000.001392/2012-76 (Procedimento de Controle Administrativo)

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Assunto: Visa apurar a legalidade de contratação de funcionária comissionada do Tribunal de Contas do Paraná, que possui vínculo de parentesco com o Procurador Geral de Justiça daquele Estado.

Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral

Origem: Paraná

Nesta sessão foi solicitada a retirada de pauta de julgamento.

142) Processo: 0.00.000.001458/2012-28 (Proposta de Resolução)

Proponente: Cons. Almino Afonso Fernandes

Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre as atribuições das Ouvidorias dos Ministérios Públicos dos Estados e da União.

Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes

Origem: Distrito Federal

Não deliberado nesta sessão.

143) Processo: 0.00.000.001510/2012-46 (Pedido de Providências)

Requerente: Oswaldo Trigueiro do Valle Filho - Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba
Assunto: Trata-se de consulta acerca da aplicação do art. 1º, §3º, da Resolução CNMP Nº 14/2006, com a finalidade de finalizar os critérios de escolha para composição da Comissão do Concurso ou do corpo docente do Curso de Formação de Promotores de Justiça da Paraíba.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Paraíba

Não deliberado nesta sessão.

144) Processo: 0.00.000.001530/2012-17 (Pedido de Avocação)
Requerente: Antônio Alexandre da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Assunto: Pedido de Avocação do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/PGJ-1998 e do Procedimento Administrativo 000015-01/2006, que tramitam no Ministério Público do Estado do Mato Grosso.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Mato Grosso

Não deliberado nesta sessão.

145) Processo: 0.00.000.001554/2012-76 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho)
Requerente: Fernando Cesar Sgarbossa - Promotor de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Requer a suspensão de ato administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, que determinou o fim da designação eleitoral de membro da referida unidade ministerial como titular em 03/01/2013, bem como que seja mantida a designação pelo prazo ininterrupto de 2 anos, conforme determina a Resolução CNMP nº 30/2008. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Rio Grande do Sul

O Conselho, por unanimidade, deliberou pela procedência do pedido nos termos do voto da Relatora.

146) Processo: 0.00.000.001561/2012-78 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Válder Kenji Ishida - Promotor de Justiça do Estado de São Paulo
Interessado: Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Requer a alteração do Aviso 713/2012, proferido pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, o qual indeferiu a inscrição do requerente para o exercício de funções eleitorais, em razão de possuir domicílio fora da Capital do referido Estado, bem como a inclusão do requerente dentre os habilitados a exercer a função eleitoral no biênio 2013/2014.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: São Paulo

Após o voto do Relator pela procedência do pedido para que o requerente possa concorrer ao exercício da função eleitoral na capital, pediu vista o Conselheiro Fabiano Silveira. Aguardam os demais.

147) Processo: 0.00.000.000007/2013-54 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: José Heitor dos Santos - Promotor de Justiça do Estado de São Paulo
Interessados: Odival Cicote - Promotor de Justiça do Estado de São Paulo

Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Requer, liminarmente, o afastamento da indicação do Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral de Justiça e, no mérito, a desconstituição do ato administrativo do Ministério Público do Estado de São Paulo, que indicou o Dr. Odival Cicote, indicando, de outro lado, o ora requerente, para exercer a função eleitoral em uma das Zonas Eleitorais da Comarca de São José do Rio Preto, para o biênio 2013/2014. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: São Paulo

O Conselho por maioria, deliberou pela improcedência do pedido nos termos do voto divergente do Conselheiro Lázaro Guimarães, vencidos o Relator Tito Amaral e os Conselheiros Fabiano Silveira, Maria Ester, Mario Bonsaglia e Jarbas Soares que votaram pela procedência do mesmo.

EXTRA-PAUTA

PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO:

- **Conselheira Claudia Chagas** – Apresentada proposta de resolução conjunta que *institui o Modelo Nacional de Interoperabilidade entre os sistemas do Ministério Público e o Poder Judiciário. A medida, importante passo para a implantação dos processos eletrônicos, visa à celeridade processual e à padronização da forma de comunicação entre sistemas e a integração de banco de dados. O objetivo também está descrito no Planejamento Estratégico Nacional do MP.*

- **Conselheira Claudia Chagas** – Apresentada proposta de resolução que *institui o Prêmio CNMP. O objetivo é contemplar os melhores trabalhos produzidos por membros e servidores de todos os ramos do Ministério Público brasileiro. A proposta terá o prazo regimental de 15 dias para receber emendas.*

- **Conselheiro Almino Afonso** – Proposta de Resolução que “dispõe sobre as atribuições das Ouvidorias dos Ministérios Públicos dos Estados e da União e dá outras providências”. – *Após a apresentação da proposta pelo cons. Almino Afonso pediu vista regimental o cons. Tito Amaral. Aguardam os demais.*

- **Conselheiro Almino Afonso** – Apresentou proposta de resolução que *veda a subvenção de entidades privadas com fins lucrativos aos congressos, seminários, simpósios, encontros jurídicos e culturais e eventos similares realizados, promovidos ou apoiados pelo Ministério Público e suas Escolas Oficiais, com participação dos seus membros.*

Na justificativa, o conselheiro lembra que a Constituição veda que membros do MP recebam auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei (art. 128, §5º, II, “f”). Um dos objetivos da proposta de resolução é estabelecer parâmetros para participação de membros do MP em eventos, de modo a preservar sua atuação, em caso de subvenção de eventos por entidades privadas ou empresas com fins lucrativos.

- **Conselheiro Mario Bonsaglia** – Apresentou proposta para *alterar a Resolução CNMP n. 20/07, com o objetivo de que esta passe a prever, através de formulário próprio, roteiros de visitação por membros, no exercício do controle externo da atividade policial, em repartições policiais civis e militares, órgãos da pericia técnica e aquartelamentos militares existentes em sua área de atuação.*

- **Conselheira Taís Ferraz** – *Aprovadas as propostas de resolução abaixo:*

Resolução nº 67/2011 - dispõe sobre a uniformização das fiscalizações dos membros do Ministério Público em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade.

Resolução nº 71/2011 - trata da atuação dos membros do MP na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

PROCESSOS:

Processo nº 1224/2012-81

Requerido : Dairton Costa de Oliveira - Promotor de Justiça/CE

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Assunto: Processo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Maria Ester Henriques Tavares

O Conselho, por unanimidade, aprovou o pedido de prorrogação do prazo da comissão processante, por mais 30 dias.

Processo nº 1384/2010-68

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

Assunto: Visa apurar o cumprimento, pelo Ministério Público do Trabalho, do disposto na Resolução CNMP nº 06/2006, com as alterações da Resolução CNMP nº 34/2009, com edição de ato normativo interno do qual conste as atribuições de todos os cargos comissionados.

Pedido de prazo para aplicar a decisão do CNMP feito pelo MPT.

Processo nº 1298/2009-11

Requerido; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

Assunto: Apuração de eventual ilegalidade nas requisições de servidores de outros órgãos que não ocupem cargo em comissão ou função de confiança, bem como para análise da possibilidade de exercício de função comissionada por servidor aposentado

Pedido de prazo para aplicar a decisão do CNMP feito pelo MPDFT.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público
Procurador-Geral da República